

ACTA N.º 12
MANDATO 2005/2009

Aos trinta dias do mês de Abril do ano dois mil e sete, pelas vinte horas e trinta minutos, nos Paços do Concelho, reuniu-se a Assembleia Municipal de Valongo, em Sessão Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Intervenção do público; -----
2. Período antes da ordem do dia; -----

Ordem do Dia: -----

1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2007.02.27; -----
2. Revitalização da Linha do Douro – Discussão; -----
3. Discutir e Votar Propostas da Câmara Municipal sobre: -----
 - 3.1 Documento de Prestação de Contas da Câmara do ano 2006 – Aprovação; -----
 - 3.2 Documento de Prestação de Contas dos SMAES do ano 2006 – Aprovação; -----
 - 3.3 Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia para reparação e conservação de edifícios escolares – Aprovação; -----
 - 3.4 Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia na área da limpeza de bermas, valetas e caminhos e manutenção de sinalização toponímica – Aprovação; -----
 - 3.5 Regulamento de Utilização de Viaturas do Município de Valongo – Aprovação; -----
 - 3.6 Ordenação Heráldica do Brasão, Bandeira e Selo do Município – Aprovação; -----
 - 3.7 1ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano – Aprovação;
 - 3.8 Carta Educativa do Concelho de Valongo – Aprovação; -----
 - 3.9 Desafectação do domínio público de uma parcela de terreno com a área de 175,55 m², sita no Lugar do Barreiro, freguesia de Alfena – Aprovação; ----
 - 3.10 Alteração da Tabela de Taxas – Aprovação; -----
4. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----
5. Regulamento de Trânsito e de Estacionamento de Duração Limitada – Apreciação; -----
6. Eleição de um Presidente de Junta para o XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Estavam presentes trinta e dois elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respectivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira Pereira de Melo, o Senhor Vice-Presidente da Câmara João António de Castro e Paiva Queirós, os Senhores Vereadores José Luís Gonçalves de Sousa Pinto, Mário Armando Martins Duarte, Paulo Miguel da Silva Santos, Maria José Baptista de Moura

Azevedo, António Augusto de Magalhães Gomes, Jorge Manuel Gonçalves Videira e Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre. -----
Substituição ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Alfredo da Costa Sousa e António Fernandes Monteiro sendo substituídos, respectivamente, pelos Membros da Assembleia Municipal Maria Esmeralda Correia de Carvalho e António Moreira Pedro.-----
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, deu início à sessão. -----
O Senhor **Primeiro Secretário Henrique Jorge Campos Cunha** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal de Valongo. -----
A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** deu a palavra aos Senhores Múncipes que pretendessem intervir, não se tendo verificado intervenções. -----
De seguida manifestou o seu agrado pela forma como decorreu, no dia 24 de Abril de 2007, a Assembleia Municipal de Jovens. -----
Os jovens que intervieram na Assembleia mostraram uma maturidade na forma como levantaram e expuseram os problemas, bem como as propostas e soluções que apresentaram, o que mostra que os jovens não estão tão alheados da vida do Município e dos problemas da vida real. -----
Lamentou o facto dos Órgãos de Comunicação Social não terem estado presentes, excepto o JN que embora não estando presente telefonou a fazer perguntas conseguindo que saísse uma pequena notícia sobre o evento. -----
Espera que da próxima vez tenham maior número de presenças dos Senhores Deputados e dos Senhores Vereadores, pois é um tipo de iniciativas em que as pessoas falam dos seus problemas locais, parecendo-lhe muito importante. -----
Os jovens merecem ser incentivados para que não haja cidadãos amorfos e inconscientes no País e no Município. -----
De seguida deu a palavra aos Senhores deputados que pretendessem intervir. -----
O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** procedeu à leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.1. -----
De seguida fez a leitura de uma Moção que se anexa à presente acta como Doc.2. -----
O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a leitura de uma Moção que se anexa à presente acta como Doc.3. -----
De seguida falou sobre a colocação de molokes ou contentores na freguesia de Valongo, que se percorrerem a freguesia vêm pequenos montes de sacas de lixo, na Rotunda 1º de Maio, ao final da tarde, fica rodeada de pequenos e grandes montes de sacas de lixo, porque ali não existem molokes ou contentores para colocação do lixo. -----

De seguida falou sobre o cruzamento da Rua Gil Vicente com a Rua Fábrica da Cerâmica, em Ermesinde, um cruzamento em que não passa uma semana em que não haja acidentes, é um cruzamento que tem pouca visibilidade, e a Câmara deveria tomar diligências no sentido colocar semáforos ou lombas. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** começou por referir que relativamente ao passado dia 28, sábado, em que se passou das palavras aos actos, em Ermesinde realizando-se a primeira intervenção no rio Leça. --- Os mais cépticos podem começar a acreditar que algo vai ser feito, havia muitos jovens em torno do rio Leça, alguns Autarcas, não tantos quanto seria de esperar, quanto mais não fosse para darem o exemplo, porque o rio Leça é um projecto Municipal, um projecto de todos independentemente da cor política. -----

Acredita que não é um projecto que está na gaveta como ouviu dizer, mas um projecto que está no terreno e para o qual todos têm obrigação de dar o seu melhor. -----

De seguida deu os parabéns pela iniciativa da Assembleia Municipal de Jovens, pois estão a construir o futuro e os jovens são o futuro. -----

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves** começou por dizer que no dia 27 de Abril de 2006 foi aprovada uma proposta na Assembleia de Freguesia de Valongo, que visava a adopção, pela freguesia, do lema “Valongo a Terra do Pão”, durante o ano de 2006, a 30 de Abril de 2007, e de forma vergonhosa, ainda nada foi feito, mostrando um claro desrespeito pelas Instituições Autárquicas, pois a Junta de Freguesia de Valongo não cumpriu uma deliberação tomada por unanimidade pela Assembleia de Freguesia. ----

A proposta vinculou o Executivo da Junta a proceder às diligências necessárias para que no ano de 2007 da cidade de Valongo tivesse algumas iniciativas no âmbito da temática do pão, o que não aconteceu. Confia na capacidade dos eleitos do Partido Socialista e acredita que votaram favoravelmente a proposta com a consciência de que a Junta iria ter que trabalhar, o que não é muito comum, seria uma forma de forçar a que tal acontecesse, mas nem assim a Junta de Freguesia de Valongo mostrou capacidade de trabalho. -----

Poderiam pôr a hipótese que a Junta tentou fazer alguma coisa, mas se assim fosse estaria previsto no Plano de Actividades para o ano de 2007, o que não aconteceu, de seguida fez a leitura a parte deliberativa da proposta:

“Propõem-se à Junta de Freguesia de Valongo que adopte, durante o ano de 2007, o lema “Valongo a Terra do Pão”, desenvolvendo actividades subordinadas a este tema, por exemplo a nível da realização de uma feira do pão, do levantamento das padarias existentes na freguesia, de uma pesquisa sobre a história do pão e do biscoito, em Valongo”. -----

Disse ainda que ao contrário do que foi dito a proposta não versa sobre uma feira do pão, mas sim sobre o tema que deveria existir num conjunto de

actividades durante o ano de 2007, a Junta de Freguesia deve apresentar o plano anual das actividades para ser discutido e aprovado na Assembleia de Freguesia. -----

Referiu a questão porque é alarmante a violação por parte do Executivo Socialista da Junta de Freguesia de Valongo de uma disposição tomada pelo Órgão Deliberativo, com a agravante da proposta ter sido aprovada por unanimidade. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que relativamente à intervenção do Deputado Daniel Gonçalves não se enquadrava na Assembleia Municipal, mas sim o assunto deveria ser discutido em Assembleia da Freguesia. -----

De seguida disse que relativamente a um Requerimento que apresentou em 27 de Fevereiro, sobre o Mercado de Ermesinde, até à presente data não obteve resposta, entregando de seguida à Mesa uma 2ª Via do requerimento anexo à presente acta como Doc.4. -----

Seguidamente disse que a CDU levantou o problema da falta de identificação, de placas, nos parques infantis, uma lacuna que foi resolvido, há alguns parques em que ainda não está resolvida, mas que terá a ver com a competência da gestão desses parques. -----

Outro assunto pretendia saber, da Câmara Municipal de Valongo, qual é o ponto de situação da construção do novo Tribunal do Concelho, está a ser formada uma reestruturação dos Tribunais, fala-se em Unidades Territoriais, ou seja grandes Tribunais para grandes zonas, e uma vez que a Câmara de Valongo tem os terrenos para isso se já fez alguma proposta. -----

Disse ainda que relativamente ao Metro do Porto se tem vindo a assistir o Presidente de Câmara de Matosinhos a pedir com urgência a construção da linha do Metro entre a Senhora da Hora e o Hospital de São João, e o Presidente da Câmara do Porto a linha da Boavista e que o Governo pague a requalificação de uma parte da Avenida da Boavista que serviu para fazer uma corrida de automóveis. -----

Foi apresentado ao Governo pela Junta Metropolitana do Porto um documento que traça as linhas estratégicas daquilo que a Junta Metropolitana do Porto tem para a linha do Metro, e perante esse documento pretendia saber o porquê que a Câmara de Valongo, quando participou na aprovação do documento, esqueceu todo o concelho de Valongo. Quando da apresentação do Plano de Pormenor da cidade de Valongo, nesse Plano estava previsto um corredor para o Metro do Porto, no documento enviado ao Governo nada disso aparece a curto, médio ou longo prazo, excepto o proposto pela Câmara da Maia em que aponta uma ligação entre o centro da Maia e o centro de Ermesinde. -----

Gostava de saber o porquê de se ter esquecido, mesmo a longo prazo, a cidade de Valongo. -----

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves** informou que quando foi a apresentação do Plano de Actividades e Orçamento da Junta de Freguesia o PSD levantou a questão, que as regras existem, é uma proposta vinculativa e a violação da mesma já aconteceu. -----

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.5. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que relativamente à intervenção do Deputado Diomar Santos para a teoria da conspiração ficar completa faltou dizer que a Assembleia foi marcada de propósito depois do dia 28, porque o Deputado Diomar Santos não esteve na apresentação do projecto de despoluição do rio Leça, mas que por mais do que uma vez o Vereador José Luís Pinto teve oportunidade de anunciar como objectivo que a primeira intervenção fosse feita no dia 28, assim não houve nenhuma jogada de antecipação. -----

Seguidamente fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.6. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo** começou por referir que o Deputado João Paulo Baltazar corre o risco com o elogio que lhe fez de não aparecer em mais nenhuma acção. -----

Relativamente à Assembleia Municipal de Jovens a Senhora Presidente não se consegue abstrair a sua função de Professora da de Presidente da Assembleia Municipal, que não queira ser controladora de quem não está e não faça reparos sempre quando não estão, podendo ele nunca mais estar em nenhuma acção. -----

Ainda, quanto à Assembleia Municipal de Jovens gostou, manteve-se até ao fim porque gostou, mas existe o perigo de que os jovens sejam utilizados como porta voz das ideias dos adultos, isso ficou patente em certas escolas, a Escola Secundária de Valongo e a Escola Secundária de Alfena foram as que melhor impressão deixaram, pois explanaram bem os problemas e de uma forma que é mais adequada às ideias dos jovens. -----

De seguida agradeceu a resposta ao requerimento, que fez na última Assembleia, relativamente à nova estrutura Orgânica da Câmara e aos responsáveis de cada um dos serviços, mas que a resposta não estava completa apresentando um novo requerimento que leu e se anexa à presente acta como Doc.7. -----

Solicitou de seguida um esclarecimento sobre o documento que foi presente à reunião de Câmara, um assunto polémico, relativamente ao Regulamento de Trânsito perguntando se é para conhecimento da Assembleia ou para aprovação. -----

No documento que foi presente à Câmara sobre a aprovação de taxas diz: é presente à reunião de Câmara o novo Regulamento de Trânsito, que engloba as matérias anteriormente tratadas no Regulamento de Trânsito e de Estacionamento de Duração Limitada que aquele revoga. Se havia dois

Regulamentos que vão ser revogados pelo novo Regulamento de Trânsito, que deixa de ser aprovado pela Assembleia, perguntou quem é que pode revogar os dois Regulamentos. -----

Disse ainda que relativamente ao Regimento da Assembleia Municipal só encontra três pontos em que há documentos para apreciação, e nenhum deles invoca Regulamentos de Trânsito ou qualquer outro Regulamento, mas sim apreciar em cada uma das sessões Ordinárias uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, apreciar a recusa, acção ou omissão de qualquer informação de documentos, apreciar o Inventário de todos os Bens e Obrigações Patrimoniais e as respectivas avaliações, bem como apreciar e votar os Documentos de Prestação de Contas. -----

Disse ainda que na anterior sessão da Assembleia Municipal foi dito pelo Vereador Mário Duarte, que está transcrito na acta, que o regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada do Regulamento de Trânsito iria à Assembleia a aprovação do Regulamento. -----

O Senhor **Deputado Joaquim Jerónimo Pereira** fez a leitura de um documento que se anexa à presente como Doc.8. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** disse que reduzir o projecto de limpeza e despoluição do rio Leça a um conjunto de interesses económicos, que foi trama para dar fruto em defesa de um projecto económico, admira a imaginação do Deputado Diomar Santos. -----

Disse ainda que se devem colocar todas as questões relativamente ao projecto imobiliário, tem a certeza de que a Câmara Municipal será a primeira a ter todo o interesse para que tudo esteja em ordem, mas que não se misture as coisas. -----

Ouvem os mais idosos a falar do que era o rio Leça, das pescarias que havia e da natação, depois veio a geração que estragou tudo em nome de uma industrialização desenfreada, depois ouve-se na Assembleia Municipal de Jovens, os jovens de Alfena a pedir o asseio do rio Leça, a sua despoluição, o arranjo das margens. A geração que estragou tem a obrigação de ajudar a reparar o mal, e é isso que estão a tentar fazer, não devem reduzir um projecto, uma obrigação que têm para com as gerações vindouras a uma trama qualquer de um projecto económico. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação a admissão a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE anexa como Doc.3, sendo admitida por unanimidade, não se tendo verificado intervenções relativamente a esta Moção foi colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----

De seguida colocou à votação a admissão da Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS anexa à presente acta como Doc.2 -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que relativamente ao assunto da Moção apresentada pelo Partido Socialista foi discutido em Conferência de Representantes, onde os argumentos foram

todos esgrimidos, foi explicado que o facto de se terem apresentado à Assembleia Municipal outros Regulamentos tem a ver com um conjunto de documentos que a Câmara forneceu aos Líderes dos Grupos Municipais, junto com uma exposição que compreendeu. -----

Tanto quanto conhece as atribuições dos Órgãos Autárquicos estavam declarados no Decreto-lei nº 100/84, que foi revogado pela Lei n.º 169/99, e num e noutro não houve grande alteração, são colocadas como competências da Câmara Municipal, no artigo 74º, nº 7 da Lei n.º 169/99 diz: elaborar e aprovar posturas e regulamentos em matérias da sua competência exclusiva. Ficando a dúvida sobre o que são as matérias de competência exclusiva, sendo inequívoco que a Câmara tem competência para elaborar e aprovar Posturas e Regulamentos, em matérias da sua competência exclusiva. -----

Num documento o Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República reconhece que havia uma lacuna no Decreto n.º 100/84, em que diz de uma maneira clara de acordo com o Decreto-lei das Autarquias Locais a Câmara Municipal tem competência para editar Regulamentos ou Posturas sobre determinadas matérias, nomeadamente na disciplina do trânsito e estacionamento de veículos nas ruas estradas e caminhos municipais. -----

Através do documento emanado do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República ficou esclarecido, o Deputado Casimiro Sousa e o Partido Socialista terão outra interpretação, que aliás compreende, pois seria muito complicado que o Partido Socialista na Câmara tenha andado a ausentar-se constantemente das votações e agora tenha que concordar que não é necessário submeter à Assembleia Municipal. -----

Relativamente à Moção não havendo melhor explicação votarão contra. -----

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.9. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** começou por dizer que relativamente à intervenção do Deputado João Paulo Baltazar sente mágoa por verificar que na Assembleia Municipal há controleiros, situação que o chateia pois já não é controlado há muitos anos. -----

De seguida disse que não lhe custaria aceitar que a Câmara Municipal tinha poderes para deliberar sobre trânsito na vigência do Decreto-lei 100/84, alínea e) do n.º 4 do art.º 51, em que diz que é das competências da Câmara deliberar sobre tudo o que interessa sobre a segurança e comodidade do trânsito nas ruas e demais lugares públicos e não se incida na competência de outros órgãos autárquicos, alínea f) deliberar sobre estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos, na Lei n.º 169/99 com as rectificações feitas pela Lei 5-A/2002, foi retirada a alínea e) e ficou deliberar sobre o estacionamento de veículos na ruas e lugares públicos. Se foi retirada a alínea e), não foi por acaso, não se pode entender que foi por esquecimento do Legislador, que se entendeu que devia retirar é porque

haveria motivos para isso, agora não devem estender a aplicação da alínea f) e por aí chegar àquilo que foi retirado pelo Legislador, que ele entendeu que não devia constar. -----

O entendimento da Câmara não é esse fundamentando-se em pareceres produzidos na vigência do Decreto-lei n.º 100/84 e na actual Lei das Autarquias Locais. Com o devido respeito que tem pela pessoa que produziu o parecer, na sua opinião ele não tem qualquer cabimento, aliás é uma interpretação forçada e recorre a casos análogos, quando os casos análogos não existem. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** começou por dizer que relativamente ao assunto há questões jurídicas, o Partido Socialista têm uma opinião jurídica e há os pareceres, fornecidos aos Líderes Municipais, da Procuradoria Geral da República, da CCDRN e de uma Directora do Governo Central, sendo todos eles contraditórios um do outro. -----

De seguida disse que na sua opinião mais importante do que discutir as questões jurídicas é discutir o conteúdo dos Regulamentos, pois ainda ninguém discutiu se o Regulamento é bom ou não, nem o problema político do Regulamento, que é isso que lhe interessa. -----

Espanta-o o facto de neste mandato, há ano e meio, que se ouve falar do problema e nunca ter sido tomada uma Providência Cautelar junto dos Tribunais pelo Partido Socialista a fim dos Regulamentos não entrarem em execução, embora julgue que foi pedido um parecer ao IGAT por parte dos Vereadores do Partido Socialista. -----

O problema que se coloca, que está na Moção, não é só o problema do trânsito mas o problema de todos os regulamentos, e depois afirma, e aí é que discorda da Moção, tudo é ilegal, como é que uma Moção tem a certeza que tudo é ilegal, baseado em que decisões do Tribunal, pois só o Tribunal é que pode decidir se é legal ou ilegal. -----

Assim, ao votar a Moção estará a afirmar que todos os regulamentos que a Câmara aprovou são ilegais e ele não pode afirmar isso pois não tem essa certeza, assim como dúvida que qualquer Membro da Assembleia tenha a certeza de que todos os Regulamentos aprovados pela Câmara estão ilegais.

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que sobre a questão teve oportunidade na Conferência de Representantes de realçar a questão política, a atitude que a Câmara tomou, não discute a questão legal pois há pareceres que o levam a ter dúvidas sobre quem tem razão. Mas, há a atitude política a realçar, e essa atitude é o quebrar de uma prática antecedente, isto é, remeter para a Assembleia Municipal só conhecimento. -- Na sua opinião será uma fuga à aprovação na Assembleia Municipal, o que considera uma falta de respeito pelo Órgão, o Órgão fiscalizador de todo o trabalho da Câmara, uma atitude que deve ser repudiada. -----

Em relação à Moção, dado ser uma Moção que reflecte mais o cariz legal ou não, a sua posição só pode ser a abstenção. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** disse que relativamente à intervenção do Deputado Monteiro, do Bloco de Esquerda, não há nenhuma modificação de comportamento, o anterior Regulamento de Trânsito continha as taxas, e as taxas tinham que ser aprovadas em Assembleia, o novo Regulamento não contém as taxas daí não ser necessária a aprovação pela Assembleia Municipal. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação a Moção apresentada pelo Partido Socialista anexa à presente acta como Doc.2, sendo reprovada por maioria com dezassete votos contra sendo catorze votos contra do Grupo Municipal do PSD/PP, dois votos contra do Grupo Municipal da CDU e um voto contra do Deputado Arnaldo Pinto Soares, catorze votos a favor do Grupo Municipal do PS e uma abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à votação a continuação do período Antes do Ordem do dia para o final da reunião que foi aprovado por unanimidade. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto *1. Discussão e aprovação da acta da reunião do dia 2007.02.27*, não se verificaram intervenções relativamente a este ponto sendo colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto *2. Revitalização da Linha do Douro – Discussão*. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** começou por dizer que considera o assunto em apreço de importância para o concelho de Valongo, pois a linha do Douro passa no concelho, bem como existem problemas a nível do transporte ferroviário. -----

Os utentes do apeadeiro do Susão têm dificuldades de transporte porque nem todos os comboios suburbanos do Porto param no apeadeiro, bem como na Abelheira não existe apeadeiro e é uma zona com bastante população, justificando a existência de um apeadeiro. -----

Relativamente à linha do Douro a partir de Caíde, o problema foi desencadeado pelas Câmaras de Amarante e Marco de Canaveses, que se sentem prejudicadas. O problema surge porque os Governos, desde 1982, têm apostado no betão e o caminho-de-ferro tem sido descorado embora sendo o transporte mais económico e menos poluente. -----

Viu-se por parte da CP uma operação de charme em que ia haver mais de vinte comboios entre o Porto e Aveiro, mas o que se passou foi que relativamente a esses comboios foram retiradas composições entre o Porto e Caíde o que prejudica as populações de Ermesinde e Valongo, pois os comboios só trazem uma composição e as pessoas não conseguem entrar. --

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** fez a apresentação de uma Proposta que se anexa à presente acta como Doc.10, colocando à votação a sua admissão e admitida por unanimidade, não se verificaram intervenções relativamente ao assunto foi colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto *3.1 Documento de Prestação de Contas da Câmara do ano 2006 – Aprovação*; -----

O Senhor **Deputado Ventura de Almeida** procedeu à leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.11 -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.12. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** começou por dizer que após ano e meio de gestão se deve começar a trazer os programas eleitorais dos Partidos, relativamente ao do PSD pode-se ver a ampliação do Parque de S. Lázaro até à Ponte do Penteeiro, a requalificação das margens do rio Simão, a iluminação dos circuitos da Serra de Santa Justa, a criação do Parque do Concelho, facilidades de transporte e como viram até o Metro do Porto foi esquecido, assim aos fim de ano e meio o Executivo muito pouco ou quase nada fez. -----

De seguida fez a leitura de uma Declaração de Voto anexa à presente acta como Doc.13. -----

O Senhor **Deputado Joaquim Jerónimo Pereira** começou por felicitar os serviços da Câmara Municipal pela elaboração do documento em discussão, é Membro da Assembleia há alguns anos e nunca houve tanto detalhe, minúcia e explicação na sua elaboração, para em meia dúzia de minutos retalharem o documento e apenas contestá-lo politicamente. -----

A Prestação de Contas da ano de 2006, é um Balanço, uma Demonstração de Resultados, com Mapas de Execução Orçamental, os Anexos que são as Demonstrações Financeiras, o Relatório de Gestão, o Relatório Patrimonial e o Orçamental, tudo plasmado em 170 páginas. -----

Relativamente à análise da situação económica e financeira o que lhe foi possível extrair do documento presente à Assembleia disse o seguinte: -----

Na alínea a) o activo em 2006 baixou 2,15% relativamente a 2005, por baixa do activo imobilizado em praticamente percentagem do mesmo valor. -----

A liquidez geral subiu 10,2%, por redução da dívida de terceiros de curto prazo que baixou 40,55%, a liquidez geral subiu porque a dívida de terceiros de curto prazo baixou. -----

O indicador de autonomia financeira subiu 1,41%, uma estabilidade de cobertura dos activos com fundos próprios, e melhorou em 2% a capacidade da autarquia assegurar compromissos financeiros, por resultados da aquisição do imobilizado, se a Autarquia não tivesse essa melhoria de capacidade não era necessário colocar isso no Relatório. -----

O ano de 2006 foi marcado por uma conjuntura económica desfavorável, houve fortes medidas de contenção orçamental que afectaram a Câmara Municipal de Valongo. -----

Houve transferência de serviços para o novo edifício administrativo de Ermesinde havendo um aumento de despesas, menos realização, houve menos despesas de capital, porque determinado tipo de verbas que iam ser

afectas, relacionadas com transferências do Poder Central, não foram gastas, logo o edifício de Ermesinde não pôde ser alienado. -----

Os Resultados Líquidos foram negativos, 257.000 euros foram por correcções sobre amortizações e reintegrações referentes ao ano 2002 a 2005, período em que tecnicamente foi considerado que não se deviam fazer as amortizações, fazendo-se agora, logo isso deveria baixar. -----

Pelo Deputado Ventura de Almeida foram ditas duas coisas interessantes, que há uma folga na capacidade do endividamento e uma diminuição da dívida a curto prazo, coisa que se recusava a admitir no fim do ano passado, quando foi dito que a dívida de curto prazo ia baixar cerca de 40%, o que se verificou. -----

Nos resultados operacionais passou de menos sete milhões para menos três milhões, de 2005 para 2006, nos resultados correntes passou de menos cinco milhões para um milhão. -----

Houve uma redução da dívida de longo prazo, quando o Deputado Ventura de Almeida disse que a folga de capacidade de endividamento é capaz de esbarrar na nova lei das finanças locais, ele dúvida porque a dívida que existe para com a EDP, cerca de 20 milhões, mais de 40 milhões de euros foram evitados em negociações, porque se não eram cerca de 60 milhões de contos, pois esteve-se anos sem pagar e depois anos a discutir, os juros foram perdoados. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que a análise que faz aos documentos é política, não põe em causa qualquer questão técnica. São uma força Política divergente, tem outra visão Política para o desenvolvimento do Concelho fazendo as intervenções nesse sentido.

O Bloco de Esquerda é uma força que está a crescer, tem implantação a nível Nacional, na Assembleia da República e nas Autarquias, e em alguns casos o Bloco de Esquerda ficou à frente da CDU, no concelho de Valongo, e em algumas freguesias para a Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** fez o seguinte Voto de protesto: -----

“Penso que, e já não é a primeira vez que acontece nesta Assembleia, o sistema democrático tem três pilares, nunca ninguém coloca em causa os três pilares, o legislativo, o executivo e o legislativo. -----

E portanto, eu protesto, porque já não é a primeira vez que se coloca em causa a existência da Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal existe para fiscalizar a actividade do Executivo, e portanto ninguém coloca em causa a existência da Assembleia Municipal. -----

A Assembleia da república existe para fiscalizar a actividade do Executivo, e portanto ninguém coloca em causa a existência da Assembleia da República, eu não me sentiria bem ali sentado, se não reagisse. -----

Portanto, está é o meu voto de protesto, demorei muito pouco tempo, fica claro, eu julgo que me acompanha neste voto de protesto.” -----

O Senhor **Vice-Presidente João António de Castro e Paiva Queirós** começou por recordar que relativamente ao ano 2006, quando houve a viabilização do Orçamento o Partido Socialista colocou duas premissas prévias relativamente à sua viabilização, que a dívida de curto prazo descesse cerca de 20% e as despesas correntes baixassem pelo menos 10% relativamente ao ano anterior, premissas concretizadas. -----

As receitas estão bem explícitas não há forma de poder subir substancialmente as receitas para se fazer os investimentos que todos desejam. -----

Relativamente ao endividamento o Deputado Ventura de Almeida quase acertou, mas errou no seguinte, a capacidade de endividamento a 31 de Dezembro de 8,7 milhões de euros, através da Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, a capacidade de endividamento da Câmara não vai baixar assim tanto, vai ficar perto de 6 milhões de euros, a Autarquia nesse contexto não terá andado nada mal. -----

As despesas de funcionamento, que inclui as despesas com pessoal, a aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, os totais anuais de 2005 foram 25,2 milhões de euros, em 2006 orçaram em 26,7 milhões de euros, porém transitou uma dívida de 2005 de 4,7 milhões de euros, o que quer dizer que as despesas de funcionamento baixaram para 21,9 milhões de euros, comparados com 25,2 milhões de euros de 2005. -----

O Resultado Líquido do Exercício, embora negativo, baixou de 4,9 milhões de euros para 1,6 milhões de euros. -----

Na análise aos rácios financeiros em seis nenhum deles aponta para situações que não sejam de melhoria das contas do Município. -----

O pressuposto inicial da viabilização do Orçamento para 2006 do Partido Socialista foi cumprido. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o ponto *3.1 Documento de Prestação de Contas da Câmara do ano 2006 – Aprovação*, sendo reprovado por maioria com dezasseis votos contra sendo treze votos contra do Grupo Municipal do PS, dois votos contra do Grupo Municipal da CDU e um voto contra do Grupo Municipal do BE, e quinze votos a favor sendo catorze votos a favor do grupo Municipal do PSD/PP e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares. – Relativamente a este assunto foram apresentadas Declarações de Voto pelos Grupos Municipais da CDU e do PS, anexas à presente acta, respectivamente, como Doc.13 e Doc.14. -----

De seguida colocou à discussão o ponto *3.2 Documento de Prestação de Contas dos SMAES do ano 2006 – Aprovação*, não se verificaram intervenções relativamente a este assunto sendo colocado à votação e aprovado por maioria com, dezassete votos a favor sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, dois votos a favor do Grupo Municipal da CDU e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, e quinze

abstenções sendo catorze abstenções do Grupo Municipal do PS e uma abstenção do Grupo Municipal do BE. -----

Colocou seguidamente á discussão o ponto *3.3 Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia para reparação e conservação de edifícios escolares – Aprovação*, não se verificaram intervenções sendo colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

Colocou à discussão o ponto *3.4 Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia na área da limpeza de bermas, valetas e caminhos e manutenção de sinalização toponímica – Aprovação*, não se verificaram intervenções sendo colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

De seguida colocou à discussão o ponto *3.5 Regulamento de Utilização de Viaturas do Município de Valongo – Aprovação*, -----

O Senhor **Deputado Ventura de Almeida** disse que votam favoravelmente o Regulamento em apreço, mas segundo a interpretação da Câmara, é um dos documentos que é da sua exclusiva responsabilidade, não teria que ser presente à Assembleia Municipal. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o ponto *3.5 Regulamento de Utilização de Viaturas do Município de Valongo – Aprovação*, sendo aprovado por unanimidade. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto *3.6 Ordenação Heráldica do Brasão, Bandeira e Selo do Município – Aprovação*, não se verificaram intervenções sendo colocado à votação e aprovado por unanimidade. -----

De seguida colocou à discussão o ponto *3.7 1ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano – Aprovação*, não se verificaram intervenções relativamente a este assunto sendo colocado à votação e aprovado por maioria com dezassete votos a favor sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, dois votos a favor do Grupo Municipal da CDU e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, e quinze abstenções sendo catorze abstenções do Grupo Municipal do PS e uma abstenção do grupo Municipal do BE. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto *3.8 Carta Educativa do Concelho de Valongo – Aprovação*. -----

O Senhor **Deputado José Luís Teixeira Azevedo** disse que a Carta Educativa seria um documento de boas intenções na resolução dos problemas que afectam toda a área educativa do Concelho, com o que estarão todos de acordo. -----

Louvando a acção da equipa técnica que com alguma exaustão e dificuldades fez a recolha de dados, mas tem dúvidas quanto à sua eficácia e aplicação temporal actual, pois muitas das estatísticas se reportam ao ano de 2001, sendo exemplo disso: -----

1 – Projecção demográfica de população até 2011, com base em dados reportados entre 1970 e 2001. -----

2 – Previsão da população escolar, a curto e médio prazo, por cada nível de ensino e freguesia, suportadas em estatísticas de 2001. -----

O documento refere situações de uma forma genérica sem que as localize ou referir os meios que atinjam os fins, com exemplos: -----

1 – São referidos que no presente 859 crianças aguardam integração em estabelecimentos de educação pré-escolar, número que até pecará por defeito, conhecida a falta de equipamentos muitos pais já não recorrem à inscrição em estabelecimentos públicos. Não mencionando onde residem essas crianças e onde se verifica a maior concentração. -----

2 – Reduzir a taxa de absentismo escolar até 2009 para metade, como? -----

3 – Redução de taxas de saídas escolares antecipadas em 15%, e saídas escolares precoces em 30%, com que medida? -----

No documento existe uma lacuna, de acordo com o artigo 19º do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, a Carta Educativa deverá conter o Parecer do Conselho Municipal de Educação, onde está esse Parecer, pois no documento apenas refere deliberação. -----

Relativamente às entidades envolvidas no processo entendem que os Presidentes de Junta deveriam ser ouvidos, ou no mínimo o seu representante no Conselho Municipal de Educação. -----

Foi lamentável na elaboração da Carta Educativa os constrangimentos com que a equipa de técnicos se defrontou para a elaboração de projecções demográficas, o Gabinete responsável pelo processo de revisão do Plano Director Municipal não prestou a colaboração necessária e indispensável na persecução dos objectivos que se pretendem com a Carta Educativa. A Carta Educativa é parte integrante do PDM só se tornando eficaz quando tal se verificar, sendo isso evidente na remessa do documento à primeira instância, DREN - Direcção Regional de Educação Norte, para análise e decisão será acompanhada da situação do PDM. -----

Afigura-se que o documento tem uma passagem pela Assembleia para retornar em breve com as adaptações necessárias e fundamentais aos estudos e conceitos de projecções demográficas, que o gabinete da revisão está ou estará a realizar. -----

O Senhor **Deputado Daniel Torres Gonçalves** procedeu à leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.15. -----

De seguida disse que não iria discutir critérios de análise estatística e de prospecção estatística, é um documento que não está finalizado, é um documento que se irá desenvolver e actualizar, e os métodos estatísticos quanto à previsão da população e população escolar tem o seu carácter científico que não lhe cabe analisar ou avaliar. -----

Relativamente aos Presidentes de Junta, o grupo de trabalho foi criado por unanimidade pelo Conselho Municipal da Educação, por proposta das técnicas. No Conselho Municipal de Educação têm assento os Presidentes de Junta através do seu representante, e os Presidentes de Junta tiveram

nesse momento uma primeira possibilidade de intervir, como terem proposto que os Presidentes de Junta ou o seu representante fizesse parte do grupo de trabalho, bem como tiveram a oportunidade de no período de discussão pública apresentarem propostas. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** fez a leitura de uma Declaração de Voto que se anexa à presente acta como Doc.16. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que relativamente à Carta Educativa o Bloco de Esquerda faz uma apreciação positiva, em termos daquilo que ele representa, o diagnostico que foi feito, onde se realça as carências do concelho e depois aponta objectivos que a serem concretizados será um grande contributo para o Concelho. -----

Esperam que não tenha sido um trabalho em vão, que não fique no papel e venha a ser um trabalho a ser aproveitado para o futuro. -----

De seguida disse que criticam o facto dos Presidentes de Junta não terem sido chamados à elaboração do documento, pois os Presidentes de Junta são a entidade mais importante das freguesias e que deveriam ter dado um contributo bastante importante para a questão. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Baltazar** disse que compreendeu a questão da intervenção dos Presidentes de Junta, bem como o animado interesse que o Partido Socialista manifestou quando se diz que não houve informação do gabinete do PDM, e isso foram as duas âncoras a que se agarrou para tentarem justificar um voto contra. -----

Na sua opinião quer um quer outro não têm qualquer efeito prático, um documento desta importância será mais rico quanto maior for a abrangência da sua discussão, envolver os Presidentes de Junta seria interessante, embora o documento estivesse em discussão durante os trinta dias regulamentares, e não houve qualquer sugestão, o que significa que a população e os Presidente de Junta se revêem no documento. É uma questão de forma, se deveriam é uma opinião, quanto à eficácia não teve nenhuma pois quando houve oportunidade de intervir não foi feita qualquer sugestão. -----

Sobre a questão das estatísticas, os últimos censos são de 2001, e gostaria de saber qual a Câmara, nomeadamente Socialista, que se vai basear em censos mais recentes para fazer a sua Carta Educativa, para poderem pedir uma cópia, e se houver dados referentes ao concelho de Valongo enriqueceram o documento. -----

Quanto à questão do PDM preferia que tivesse havido esse contributo, mas considera uma razão que justifique um voto contra, se houvesse uma resposta baseada no PDM que está em vigor, quem critica os censos de 2001 criticaria uma projecção baseada num PDM de 95, baseando-se as projecções no projecto do PDM para 2007 diriam que o PDM ainda vai ter percorrer um caminho de aprovação na Câmara, na Assembleia Municipal,

de discussão pública, assim as projecções baseadas nesse documento seriam falaciosas. -----

A Carta Educativa não é um documento que nasceu e será implementado exactamente como está, não é um documento estático, portanto será necessariamente aquando da aprovação da revisão do PDM que seja ratificado tendo em conta os novos dados. -----

O Senhor **Deputado José Manuel Pereira Ribeiro** começou por dizer que a posição que vai tomar é pessoal. Sempre defendeu a existência de instrumentos de planeamento, do Plano Estratégico que não existe no Concelho, mas vai-se conseguindo criar alguns, acabando por se criar um Plano Estratégico, a Carta Educativa acaba por ser mais uma componente desse Plano Estratégico. -----

A Carta Educativa é um instrumento de planeamento que valoriza, embora tenha sido feita tarde. -----

Em matéria da educação no concelho de Valongo, o PS não tem que ter vergonha de nada, o PS quanto perdeu a Câmara em 1993, era visto como um Município considerado exemplar no que era o apoio ao nível do primeiro ciclo, portanto o PSD só se limitou a cumprir o que era a tradição no Município, e se o fizer bem está bem. -----

De seguida felicitou a equipa que elaborou a Carta Educativa, que os documentos dessa natureza podem ser sempre mais complexos. Na página 207, na análise swot, na análise das fraquezas, das forças, das oportunidades e das ameaças, há questões que não têm a ver com a Câmara, quando se refere que a legislação é desadequada, o transporte escolar, situações que não dependem da Câmara, mas não defende o Presidente da Câmara não tenha nada a ver com isso. -----

Quando analisam as fraquezas, uma análise do espaço concelho de Valongo, é curioso notar que há dados que são factuais, como os baixos níveis de escolaridade e qualificação da população residente, os elevados níveis de insucesso escolar no ensino básico e secundário, as elevadas taxas de abandono escolar, saída antecipada e saída precoce, o parque escolar envelhecido e desadequado às novas políticas educativas, a sobrelotação das escolas EB1, em Valongo e Ermesinde, e isso tem alguma coisa a ver com a Câmara, não é integralmente da responsabilidade da Câmara mas também é da sua responsabilidade. -----

Como já anteriormente alertou a Política de Urbanismo que foi seguida iria condicionar outras políticas, e condiciona a da educação, os dados muito negativos que estão plasmados no documento são grandes desafios que têm pela frente. -----

Ficou satisfeito ao ver nas oportunidades que são referidas quanto ao QREN e ao PNAI, são oportunidades dadas pela acção executiva do actual Governo que decidiu de uma forma até inovadora canalizar a maior fatia dos quadros comunitários para a formação e educação. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** começou por dizer que finalmente a Assembleia reconhece aos Presidentes de Junta algum mérito e necessidade de intervenção permanente, é bom que assim seja porque o Concelho é composto por Freguesias, e se as Freguesias estiverem bem o Concelho também estará. -----

O documento em discussão é técnico, elaborado por técnicos que depois é adoptado ou não pelos políticos. -----

De seguida disse que no Concelho Municipal de Educação existe um representante dos Presidentes de Junta, mas como poderia um Presidente de Junta fazer parte da equipa técnica da elaboração do documento se ele conhece a sua freguesia, e iria para essa Comissão reivindicar muito para a sua Freguesia, mas não tinha conhecimento do que se passa nas restantes freguesia, não tinha lógica pertencer à Comissão. -----

O facto de antes do documento estar finalizado a equipa técnica falar com cada um dos Presidentes de Junta é outra situação, pois os Presidentes de Junta serão um público especial e teria sido bom antes da versão final do documento cada um dos Presidentes ser ouvido e discutir o assunto. -----

Não fazia sentido ele pertencer à Comissão pois não saberia defender os interesses de cada uma das Freguesias, mas cada um dos Presidentes de Junta deveria ter tido a oportunidade de o fazer, teve o cuidado de reunir com os restantes Presidentes de Junta e esclarecer que tomou conhecimento da versão final da Carta Educativa, e não teve qualquer intervenção. -----

Relativamente à Carta Educativa presente na sua opinião é um documento que dignifica a Câmara pelo excelente conjunto de técnicos que tem e são capazes de o elaborar, faz um excelente diagnóstico, traça objectivos e estratégias, que todos pretendem que passem, pois o futuro do País está na educação, onde ainda há muito para fazer. -----

O Senhor **Deputado José Carvalho da Rocha**, começou por dizer que na altura da discussão do documento apresentou o seu protesto por não ser ouvido, o Presidente da Junta de Alfena estava como elemento do Conselho Municipal de Educação e não como Presidente de Junta. -----

Não pretendia fazer parte da elaboração do documento só queria ser ouvido antes da Carta Educativa estar pronta. -----

De seguida disse que relativamente à intervenção do Deputado João Paulo Baltazar quando diz que o documento esteve em discussão pública durante 30 dias, ele considera-se um público especial tem de estar no terreno, inclusive foi votado um Protocolo com a Câmara Municipal onde as Juntas fazem parte integrante da educação. -----

A Junta de Freguesia de Campo com a Assembleia de Freguesia fizeram uma sessão de esclarecimento com duas técnicas que se prestaram a dar os esclarecimentos necessários, e mandaram elaborar 30 CD'S para distribuir às colectividades de forma à Carta Educativa ser divulgada o mais amplamente possível. -----

Quanto às discussões públicas o público não sabe e não aparece, só depois quando surgem os problemas dizem que os políticos guardam e escondem as decisões. Portanto, têm a obrigação de divulgar o mais possível, na sua opinião a Carta Educativa é um documento importantíssimo e vai ser um documento orientador para alguns anos. -----

Quanto à questão dos transportes, a Câmara não é responsável pelos transportes, mas ele na sua Freguesia pode ser responsável por muitas coisas, se estão no meio da população têm que ter uma política do que é que querem ser. Na sua opinião é importante o transporte escolar na Carta e não o vê integrado. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo** disse que quando levanta questões não espera que seja um Deputado a responder mas sim o executivo da Câmara. -----

Quanto à intervenção do Deputado João Paulo Baltazar, este fez uma interpretação errada do sentido de voto do Grupo Municipal do Partido Socialista, pois não vai votar contra mas sim abster-se. -----

Também não colocou em causa o trabalho da equipa técnica que até foi louvável com alguma dificuldade com que o fez. -----

Relativamente ao Presidente da Junta de Alfena, ele não disse o que esteve em representação dos Senhores Presidentes de Junta, mas sim que no mínimo deveria ser ouvido o Representante dos Presidentes de Junta no Conselho Municipal de Educação no Conselho Municipal. -----

Quanto à questão da estatística não conhece nenhuns censos posteriores a 2001, mas as projecções demográficas podem ser feitas, na sua óptica, doutra maneira, podem conseguir estatísticas de nados vivos no concelho de Valongo pelos Registos Cíveis, podem ter esses dados e fazer uma projecção mais correcta. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o ponto *3.8 Carta Educativa do Concelho de Valongo – Aprovação*, sendo aprovado por maioria com dezoito votos a favor sendo catorze votos a favor do grupo Municipal do PSD/PP, dois votos a favor do Grupo Municipal da CDU, um voto a favor do Grupo Municipal do BE e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, e treze abstenções do Grupo Municipal do PS. -----

De seguida colocou à discussão o ponto *3.9 Desafecção do domínio público de uma parcela de terreno com a área de 175,55 m², sita no Lugar do Barreiro, freguesia de Alfena – Aprovação*, -----

O Senhor **Deputado Ventura de Almeida** disse que relativamente à parcela de terreno tem lá implantado um poço, gostaria de saber se foi a Câmara que o construiu ou que autorizou a sua construção, bem como a que se destina a desafecção para o domínio privado da Câmara. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** informou que a passagem de domínio público para domínio privado da Câmara destina-se a

fazer um acerto para o traçado de um arruamento, quanto ao poço desconhece a sua existência. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à votação o ponto *3.9 Desafecção do domínio público de uma parcela de terreno com a área de 175,55 m², sita no Lugar do Barreiro, freguesia de Alfena – Aprovação*, sendo aprovado por unanimidade. -----

Colocou à votação da Assembleia a continuidade dos trabalhos devido ao adiantado da hora sendo aprovado por unanimidade a sua continuação. -----

De seguida colocou à discussão o ponto *3.10 Alteração da Tabela de Taxas – Aprovação*. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa**, procedeu à leitura de uma Declaração de Voto que se anexa à presente acta como Doc.17. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que relativamente ao assunto em discussão existe a questão jurídica e a questão política, mas o que lhe interessa é aquilo que os munícipes vão pagar, embora a questão jurídica também tenha importância. -----

No seu ponto de vista a Câmara aprovou o Regulamento de Trânsito, legal ou ilegal, separando as taxas, a Câmara ao deliberar o Regulamento de Trânsito após da discussão pública entra em funcionamento, podendo depois ser revogado por um Órgão superior ou pelos Tribunais, no ponto de vista prático a Câmara aprovou o regulamento sem as taxas. -----

Considera mais importante a Assembleia Municipal controlar o valor das taxas, pois é mais importante e fiscalizador. -----

Na última Assembleia foi levantado o problema, onde fez uma intervenção relativamente à anarquia sobre os parquímetros e que era necessário arranjar uma solução para o problema. -----

De seguida disse que o Partido Socialista no seu programa eleitoral mencionava que ia propor a suspensão durante seis meses do processo de estacionamento pago nas ruas e a retirada dos parquímetros nas zonas habitacionais, quanto à suspensão a Câmara há mais de um ano que suspendeu, relativamente à retirada dos parquímetros nas zonas habitacionais na alteração feita ao Regulamento foram retirados lugares em Ermesinde e Valongo, assim uma das promessa do Partido Socialista foi cumprida pelo PSD. -----

Existem duas questões uma é a proposta da Câmara de um valor de taxas, a outra aquilo que é a declaração de voto do Partido Socialista, em que diz que as taxas que não podem ser separadas e que se deve manter aquilo que foi feito no contrato de concessão, o que diz nessa concessão, que o Partido Socialista defende, é que dá poderes ao Presidente da Câmara para fazer alterações à concessão, bem como o valor das taxas. -----

De seguida fez leitura de uma Proposta que se anexa à presente acta como Doc.18. -----

O Senhor **Deputado António Fernando Correia Monteiro** disse que relativamente à questão em discussão o Bloco de Esquerda assume uma posição de princípio, que sempre a teve, que é ser contra a colocação dos parquímetros no Concelho, o que não quer dizer que se coloquem fora da questão, e a prová-lo é a Moção apresentada, há cerca de uma ano, contra o aumento dos parquímetros à revelia dos Órgãos Autárquicos. Na altura a Câmara Municipal tomou uma atitude, que registaram, de defesa dos Munícipes, mas deixou que se protelasse uma situação de ilegalidade no Concelho com a questão dos fiscais da empresa privada que explora os parâmetros. -----

De seguida fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc. 19. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo** começou por dizer que existem duas questões a primeira o valor das taxas e a segunda a inclusão das taxas no Regulamento Geral da Tabela de Taxas, sendo aí que coloca a questão da legalidade ou ilegalidade da situação. -----

Como se sabe as receitas por parcómetros revertem a favor da empresa concessionária, não são receitas directas da Câmara, a Câmara recebe uma percentagem de 4% a 7%, da receita líquida dos parcómetros, portanto incluir isso na Tabela de Taxas da Câmara acha que é ilegal, porque não é receita total da Câmara. -----

Na proposta da CDU quando refere os valores para 2008 e 2009, concretamente para 2009 o valor de 15 minutos 0,15 €, 60 minutos 0,60€ e o máximo 3 horas 1,80€, a proposta pode ser desenquadrada da própria tabela, quando for o aumento de taxas vai existir uma proposta da Câmara a apresentar o aumento de todas as taxas baseado nos índices de inflação estabelecidos pelo INE, e se a taxa do estacionamento limitado for incluída na tabela de taxas vai sofrer esses aumentos anuais, como é que depois o aumento proposto tem aplicação prática. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** disse que relativamente à intervenção do Deputado Casimiro Sousa que entre outros adjectivos disse que tinham passado as taxas para a Tabela de Taxas em desespero de causa, informou que um estudo encomendado pela Câmara a uma empresa especializada em trânsito, refere nas suas conclusões que deveriam submeter à Assembleia Municipal uma alteração à tabela de taxas que incluísse as taxas do estacionamento de duração limitada, bem como na Área Metropolitana do Porto os dois maiores Municípios, Porto e Vila Nova de Gaia, têm as taxas dos parcómetros junto das outras taxas e não nos Regulamentos. Portanto não tem a ver com o desespero de causa é uma decisão perfeitamente sustentada técnica e juridicamente. -----

Quanto à dúvida do Deputado Luís Azevedo se para o ano houver um aumento de 3%, o valor da inflação, numa taxa de 0,45€ ou 0,50€ chegar-se-ia à conclusão que não era possível na prática fazer esse aumento, pois as

máquinas não recebem fracções de cêntimos de euros. O que poderá acontecer é quando for a actualização da Tabela de Taxas as taxas dos parcometros sofreram um aumento que seja possível executar nos parcometros. -----

Quanto à proposta de alteração apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, a proposta da Câmara levou o seu tempo a ser realizada, porque teve que ser sustentada técnica e juridicamente, bem como considera uma proposta equilibrada e razoável quer para a população quer para o concessionário que também tem direitos, existe um contrato de concessão a que a Câmara está obrigada, e qualquer diminuição de receitas previstas o concessionário poderá solicitar a sua compensação. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** começou por dizer que relativamente às questões colocadas pelo Deputado Luís Azevedo, quanto à percentagem de aumento foi mais ao menos esclarecido, quanto ao problema da legalidade ou ilegalidade da totalidade da taxa não reverter para a Câmara, na última Assembleia aprovaram uma taxa que metade é para o Governo e a outra metade é para a Câmara. -----

O Senhor **Deputado João Paulo Rodrigues Baltazar** começou por dizer que relativamente à proposta que a Câmara apresenta é importante realçar o facto de a partir da sua aprovação passa a caber Assembleia Municipal a fixação da taxa, um anseio por parte dos elementos da Assembleia Municipal. Quanto à modificação seria importante realçar por um lado reduzir o número de parcometros dos centros habitacionais, por outro lado a adequação do período mínimo de estacionamento em que a proposta da Câmara é mais audaciosa do que a obrigatoriedade da Lei, o que é um benefício para quem tem que parar por períodos de estacionamento curto, portanto beneficia os utentes. -----

Relativamente ao impacto da proposta apresentada pela CDU, a informação que o Vereador lhe transmitiu é que existe um impacto que será efectivo no primeiro e segundo ano, mas que a Câmara está confiante que será um impacto aceitável. -----

No que diz respeito ao custo de emissão ou revalidação do cartão de residente, o objectivo de colocar um valor não é pelo número de cartões emitidos mas sim criar um desincentivo à deficiente utilização do cartão. -----

Terminou informando que o Grupo Municipal do PSD/PP irá votar favoravelmente a proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** disse que relativamente à proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU no seu entendimento é razoável, não é muito diferente da proposta da Câmara, só começa a ser diferente a partir dos trinta minutos, para vinte minutos o que os Municípes pagarão é o mesmo. -----

Como provavelmente a proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU será aprovada a Câmara terá que a transmitir ao concessionário e esperar

que haja concordância por parte deste, pois tem direitos de acordo com o contrato que celebrou com a Câmara Municipal. -----

De acordo com a intervenção do Deputado João Paulo Baltazar entendem que a proposta é razoável e não põe em causa o equilíbrio financeiro do contrato de concessão. -----

O Senhor **Deputado Luís Teixeira de Azevedo** lembrou que em Dezembro de 2005 o Partido Socialista apresentou uma taxa de direitos de passagem de zero virgula zero e nessa altura a Mesa aceitou a contra proposta. Tem vindo a dizer ao Líder do seu Grupo Municipal para que questione a Mesa da Assembleia sobre em que questões podem ou não podem apresentar propostas, ou contra propostas, pois em Dezembro de 2006 foi-lhe dito taxativamente que a Mesa da Assembleia não aceitava contra propostas à taxa de direitos de passagem. -----

O Senhor **Primeiro Secretário Henrique Jorge Campos Cunha** disse que houve uma vez que não foi aceite porque a proposta da Câmara não previa a alteração de um determinado artigo, e queriam apresentar uma alteração a esse artigo. Só podem ser apresentadas alterações aos artigos de Regulamentos ou Posturas que são apresentadas pela Câmara, se não alterar algum número não pode haver alteração porque não há proposta. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas**, colocou à votação a proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU anexa à presente acta como Doc.16, sendo aprovada maioria com dezassete votos a favor sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, dois votos a favor do Grupo Municipal da CDU e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, e catorze votos contra sendo treze votos contra do Grupo Municipal do PS e um voto contra do Grupo Municipal do BE. O ponto *3.10 Alteração da Tabela de Taxas – Aprovação*, foi aprovado por maioria, com as alterações propostas pelo Grupo Municipal da CDU, com dezassete votos a favor sendo catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD/PP, dois votos a favor do Grupo Municipal da CDU e um voto a favor do Deputado Arnaldo Pinto Soares, e catorze votos contra sendo treze votos contra do Grupo Municipal do PS e um voto contra do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à apreciação o ponto 4. *Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo*, não se verificando intervenções relativamente a este assunto colocou à apreciação o ponto 5. *Regulamento de Trânsito e de Estacionamento de Duração Limitada – Apreciação*. -----

O Senhor **Deputado Albino da Silva Martins Poças** fez a leitura de um documento que se anexa à presente acta como Doc.20. -----

O Senhor **Deputado Arnaldo Pinto Soares** disse que no número um do artigo quinto diz – em todos os arruamentos da cidade de Valongo e Ermesinde é proibido estacionamento de veículos longos – acha que há

alguma falha e numa próxima oportunidade a Câmara isto deveria rever o artigo. -----

O Senhor **Deputado Casimiro Couto Sousa** começou por dizer que a Câmara enviou o Regulamento de Trânsito e Estacionamento de Duração Limitada à Assembleia Municipal para conhecimento, tendo a Mesa da Assembleia entendido que o mesmo deveria ser apreciado em Assembleia Municipal. -----

De seguida disse que na Lei Autárquica os casos previstos em que a Assembleia deve apreciar são três, e em nenhum desses casos vem referido os regulamentos, seja qual for o seu objecto, por outro lado a Lei não refere que a Câmara deve ou tem de remeter Regulamentos à Assembleia Municipal para conhecimento, quando os Regulamentos vão à Assembleia Municipal é para serem discutidos e aprovados no termo da Lei. Assim o Partido Socialista não toma conhecimento do Regulamento nem o aprecia, está no entanto disponível para o discutir e votar como lhe compete no exercício dos poderes atribuídos à Assembleia Municipal. -----

Lamentam que a Câmara, por razões que não cabe discutir, não submeta à Assembleia Municipal a aprovação do regulamento cujo objecto tem feito correr muita tinta e gerado prolongadas discussões, para além de ter criado situações incomodas para o Executivo Municipal, de que ainda não conseguiu desvincilhar-se. -----

O Senhor **Deputado José Deolindo Caetano** disse que relativamente à discussão do documento em apreço que é para conhecimento, fazendo parte da Ordem de Trabalhos a Mesa devia ter chamado no período antes da Ordem de Trabalhos para não deixar discutir o Regulamento, porque toda a gente o discutiu antes da Ordem de Trabalhos, ninguém queria ter conhecimento nem discutir, mas não respeitaram o que estava na Ordem de Trabalhos e antes da Ordem de Trabalhos. -----

De seguida disse que como o documento está em discussão pública, e a Assembleia Municipal tem o dever de participar nessa discussão pública, recomendava para que o mesmo fosse colocado no site da Câmara. -----

Sugeriu que fosse emitido o cartão de comerciante, porque os comerciantes às vezes precisam onde tem a sua loja de estacionar lá o automóvel. -----

O Senhor **Vereador Mário Armando Martins Duarte** disse que na sequência das intervenções de alguns Deputados, nomeadamente o Deputado Casimiro Sousa que apresentou uma Moção pondo várias questões e dúvidas sobre matéria, em primeiro todo o processo foi tratado com toda a seriedade e rigor. Relativamente às dúvidas colocadas fez a leitura dos seguintes Pareceres: ---

“Os regulamentos com eficácia externa, que versem sobre matérias de exclusiva competência da Câmara Municipal são elaborados e aprovados apenas por este Órgão Autárquico”, ou seja um regulamento que tenha eficácia externa não é condição suficiente para ser apreciado na Assembleia Municipal, Parecer emitido pela CCDD Norte de 2007. -----

“...assim e em conclusão compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os regulamentos de trânsito”, conclusão de um parecer da CCDR Centro, de 22 de Janeiro de 2004. -----

Disse de seguida que quer um quer outro Parecer são emitidos por duas entidades oficiais do Estado, CCDR's, posteriores ao Decreto-lei 100/84 que foi invocado pelo Deputado Casimiro Sousa dizendo que estava revogado. Assim, os fundamentos da proposta da Câmara são baseados em pareceres emitidos por duas entidades oficiais do País, e por muito respeito que tenha pelos juristas para ele vale muito mais o parecer de uma CCDR do que qualquer outra opinião emitida na Assembleia. -----

As oposições devem ser construtivas, objectivas e positivas, que em vez de pedirem um parecer à Procuradoria da República, porque não fizeram uma queixa ao IGAT, pois estão à vontade, mas a postura do Partido Socialista não lhe parece muito construtiva. -----

Compreende que o Partido Socialista saia um bocado mal, porque os problemas que o Deputado Casimiro Sousa referiu, houve muitas questões ao longo dos anos sobre os parómetros, inclusive no JN e no 1º de Janeiro da semana passada, ou quinze dias, o Partido Socialista refere quatro problemas que a questão dos parómetros tem levantado no Concelho, só que esses quatro problemas foram resolvidos, assim o Partido Socialista deixa de ter argumentos para perante a opinião pública e os jornais dizer que está tudo mal. -----

Relativamente à questão da fiscalização o que foi aprovado define claramente que a fiscalização passa a ser competência e responsabilidade da Câmara Municipal, quanto ao produto das coimas também ficou resolvido com o novo Regulamento. -----

Quanto à definição e alteração de lugares de estacionamento, que o Partido Socialista referiu ao longo dos anos que era ilegal ser por decisão da Câmara Municipal, ou por despacho do Senhor Presidente, a definição e alteração dos lugares é aprovado pela Câmara Municipal a quem compete alterar o regulamento e a definição de lugares. -----

O valor das taxas que o Partido Socialista referia que não competia à Câmara alterá-las mas sim à Assembleia Municipal, o problema foi resolvido passam a ser aprovadas pela Assembleia. -----

Relativamente à questão colocada pelo Deputado Arnaldo Soares sobre o estacionamento dos veículos longos vai estudar o assunto, mas parece-lhe que não pode ser extensível a toda a freguesia de Alfena porque existe uma zona industrial significativa. -----

Quanto à intervenção do Deputado Deolindo Caetano informou que o Regulamento irá ser colocado no site da Câmara, sobre cartão de residente extensivo a comerciantes na sua opinião é o contrário do espírito da instalação de parómetros, pois a filosofia da instalação de parómetros é

que os lugares públicos de estacionamento tenham maior rotatividade, embora iria estudar o assunto. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** colocou à discussão o ponto 6. *Eleição de um Presidente de Junta para o XVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses*, relativamente a este assunto foi designado o Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, António Artur dos Santos Pais, sendo colocado à votação, por escrutínio secreto, tendo-se verificado a seguinte votação: -----

Vinte e quatro votos a favor; -----

Um voto contra; -----

Quatro abstenções. -----

De seguida deu continuidade ao período antes da ordem do dia. -----

O Senhor **Presidente da Câmara Fernando Horácio Moreira pereira de Melo** informou que relativamente à questão do novo Tribunal não têm conhecimento de nada. -----

Sobre a questão do Metro do Porto foi enviada uma carta pelo Presidente da Junta Metropolitana, que teve uma concordância de todos os Presidentes de Câmara, que levanta a questão da linha para a Trofa de não estar definido ser via dupla, quanto à organização do Metro em si concordam com a proposta do Governo sobre o ponto de vista da gestão, em relação a Valongo a Junta Metropolitana aceita e um dia virá a Valongo, após Gondomar e Maia. -----

Não se deram grandes passos o Governo tinha definido linha para Gondomar, linha para a Trofa mas via única e a linha para a Maia está por definir. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** começou por sugerir que de futuro pudessem responder no período antes de passarem à discussão dos pontos da Ordem do Dia. -----

De seguida disse que relativamente à intervenção do Deputado Diomar Santos o trabalho que se está a fazer no rio Leça não foi feito antes porque é muito difícil. Foi criado um Conselho de Bacia em 1994 que tinha por obrigação de criar um plano de acção, plano esse que foi criado em 2002, oito anos depois, o que se estão a propor fazer é um trabalho muito difícil fundamentalmente de detecção de focos poluidores no rio Leça dentro do percurso do concelho de Valongo, um trabalho ambicioso com muitas dificuldades nas quais estão empenhados. -----

Num Deputado da Assembleia Municipal gostava que a atitude fosse mais activa, que fosse realçado o trabalho dos cem voluntários que estiveram a trabalhar no rio Leça, jovens do Concelho que quiseram participar, estiveram presentes os Vereadores do PSD, a Presidente da Assembleia, os Presidente de Junta, isso é que deveria ser realçado. -----

Relativamente às suspeitas levantadas informou que o rio Leça entra no Concelho no lugar de Transleça e sai na Travagem, tem cerca de oito

quilómetros, e o Deputado Diomar Santos falou dos trabalhos do rio Leça como se tivesse os duzentos metros ou trezentos metros da SOCER, vão trabalhar no rio todo metros a metro. -----

Quanto às desconfianças e às suspeitas levantadas está-se a englobar todas as entidades que estão no projecto, que não é só da Câmara, é também das Juntas, das Águas de Valongo, da CCDR, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, da DECO, da QUERCOS, da LIPOR, todos esse fazem parte do projecto, existe uma Associação que não se está a portar bem que é AMILEÇA. A Associação AMILEÇA apesar de ter assinado o protocolo não tem participado, nem nas reuniões nem nos trabalhos. -----

Se existe alguma ilegalidade no projecto da SOCER, que não é o rio Leça, são 200 metro de rio Leça, acha bem que seja tratada e vão estar atentos, a obra está legalizada, licenciada, e se no decorrer dos trabalhos forem cometendo ilegalidades vão tratar delas, a Câmara e as entidades competentes. Se a CCDR detectou uma ilegalidade faz bem em actuar, quanto a isso estão de acordo. -----

O Senhor **Deputado Diomar da Silva Ferreira dos Santos** disse que acredita na bondade da intervenção do Vereador de que está a actuar bem, não tem dúvidas, mas há uma situação subjectiva e aí tem dúvidas. Não faz nenhuma acusação nem nenhuma suspeita, mas o assunto para ele está a ser mal tratado, e o tempo dirá quem é que tem razão. -----

O Senhor **Vereador José Luís Gonçalves de Sousa Pinto** disse quanto ao projecto no concelho de Valongo a Junta Metropolitana e a CCDR assumiram-no como seus, bem como só se começou a falar na despoluição total do rio Leça, ao longo de todo o seu percurso, desde Santo Tirso até Matosinhos, porque foi feito o projecto para o concelho de Valongo. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia Sofia Liberta Braga de Freitas** disse que queria referir um assunto que foi ao longo da sessão assinalado, pensa que não há controladores de ninguém, são um conjunto de pessoas, eleitos por uma população para terem uma atitude séria, olhar para os problemas do Concelho e tentarem numa atitude construtiva ajudar que o Município se desenvolva de uma forma harmoniosa e onde todos se sintam felizes. -----

Foi referida a sua formação profissional, tem uma virtude que às vezes é um defeito que é ser Professora quase vinte e quatro horas por dia. Acredita que é possível todos juntarem-se e olharem, cada um com os seus olhares, pois é isso que enriquece a reflexão e análise dos problemas, cada um com os seus quadros de referência, a sua formação profissional e académica, olharem para os problemas, sejam de educação, do trânsito, qualquer problema e conseguirem debater-os como seus, fazerem propostas que sejam viáveis e potenciem o concelho a andar para a frente. -----

No próximo sábado vão fazer uma visita ao futuro Corredor Ecológico, um projecto importante, participarem na visita, ouvirem as explicações e depois se necessário debate-las. -----

Quando mencionou que alguns Deputados não estiveram presentes não foi com o objectivo de controlar, pois compreende que tenha havido situações pessoais que os tenham impedido de estar presentes. -----

De seguida colocou à votação a aprovação em Minuta dos pontos 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 3.10 da Ordem de Trabalhos que foi aprovado por unanimidade. -----

Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente aprovada e assinada. -----

A Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º secretário: _____